

Ventos de São Tito Holding S. A

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes..... 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Ventos de São Tito Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos de São Tito Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 04 de maio de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Building a better
working world**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Ventos de São Tito Holding S. A

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	60	98.253	1.780	161.871
Investimentos de curto prazo	3	5.752	-	43.858	-
Contas a receber de clientes	4	-	-	16.044	17.807
Estoque		-	-	8.382	-
Contas a receber de partes relacionadas	5	-	109.283	-	-
Dividendos a receber	5	28.150	13.440	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		117	1.934	627	2.711
Outros tributos a recuperar		-	-	168	614
Outros ativos		-	19	7.465	6.964
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		34.079	222.929	78.324	189.967
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de partes relacionadas	5	159.026	118.999	-	-
Cauções e depósitos vinculados	6	94.233	34.217	94.233	34.217
Outros ativos		5.131	-	5.753	59
Investimentos em controladas	7	318.347	189.667	-	-
Imobilizado, líquido	8	-	1	639.624	637.576
Intangível, líquido		-	-	1.045	636
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		576.737	342.884	740.655	672.488
TOTAL DO ATIVO		610.816	565.813	818.979	862.455
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	346	1.933	14.956	13.163
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	53.528	44.391	56.733	44.391
Conta de ressarcimento	11	-	-	28.085	52.735
Passivo de arrendamento	12	-	-	32	795
Encargos setoriais		-	-	63	63
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	835	2
Outros tributos a pagar		53	292	1.811	1.005
Outras obrigações		1.627	2.363	2.571	2.921
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		55.554	48.979	105.086	115.075
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	477.809	522.983	474.604	522.983
Conta de ressarcimento	11	-	-	124.515	108.711
Passivo de arrendamento	12	-	-	22.512	18.172
Provisão para desmobilização		-	-	11.613	31.061
Tributos diferidos		-	-	-	70.003
Outras obrigações		-	-	3.196	2.599
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		477.809	522.983	636.440	753.529
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado		273.517	273.517	273.517	273.517
Prejuízos acumulados		(196.064)	(279.666)	(196.064)	(279.666)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	77.453	(6.149)	77.453	(6.149)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		610.816	565.813	818.979	862.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de São Tito Holding S. A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Receita operacional líquida	14	-	-	131.910	121.150
Custo de produção e operação de energia	15	-	-	(61.895)	(94.666)
LUCRO BRUTO		-	-	70.015	26.484
Gerais e administrativas		(694)	(15)	(3.110)	(5.983)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	(12)	-	(5.453)	(13.172)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(706)	(15)	(8.563)	(19.155)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(706)	(15)	61.452	7.329
Receitas financeiras		29.416	63.576	21.596	16.816
Despesas financeiras		(61.738)	(65.855)	(63.522)	(71.426)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	17	(32.322)	(2.279)	(41.926)	(54.610)
Resultado de equivalência patrimonial		116.630	(54.836)	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		83.602	(57.130)	19.526	(47.281)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(15.149)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	79.225	(9.849)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	18	-	-	64.076	(9.849)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		83.602	(57.130)	83.602	(57.130)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de São Tito Holding S. A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	83.602	(57.130)	83.602	(57.130)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	83.602	(57.130)	83.602	(57.130)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de São Tito Holding S. A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		273.517	(222.536)	50.981
Prejuízo do exercício		-	(57.130)	(57.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	273.517	(279.666)	(6.149)
Lucro líquido do exercício		-	83.602	83.602
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13	273.517	(196.064)	77.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de São Tito Holding S. A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Atividades operacionais:				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	83.602	(57.130)	83.602	(57.130)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	15	-	35.326	49.108
Atualização monetária sobre ressarcimento	17	-	(1.032)	-
Juros sobre arrendamento	17	-	2.293	1.505
Juros s/ cessão de recebíveis	17	(14.484)	-	-
Amortização de juros capitalizados	7	1.897	1.896	-
Encargos financeiros de dívidas	10 e 17	60.047	63.052	60.047
Atualização da provisão para desmobilização	17	-	(1.190)	1.608
Tributos e contribuições sociais diferidos	18	-	(79.225)	9.849
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(2.090)	(7.048)	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	6 e 17	(13.441)	(13.441)	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8	-	4.297	27.374
Resultado de equivalência patrimonial	7	(118.527)	54.836	-
		(2.996)	10.544	83.629
Variação de ativos e passivos operacionais		(3.283)	(5.029)	7.582
			7.582	55.334
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		2.831	-	8.025
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		(6.333)	-	(44.614)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.733)	-	(7.227)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	10	(46.635)	(42.806)	(42.806)
Recebimento de juros sobre cessão de recebíveis	17	14.484	52.110	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(2.293)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais		(44.665)	14.819	(1.533)
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	8	-	(62.326)	(32.366)
Aumento de capital em controladas	7	(26.760)	-	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	6	-	1.031	1.031
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos		(26.760)	1.031	(62.326)
Atividades de financiamentos:				
Pagamentos de arrendamentos (principal)		-	(208)	(2.241)
Recebimento de cessão de recebíveis - partes relacionadas (principal)		69.256	48.442	-
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	6	(46.575)	-	(46.575)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	10	(92)	138	(92)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(49.357)	(49.344)	(49.344)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(26.768)	(764)	(96.232)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(98.193)	15.086	(160.091)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		98.253	83.167	161.871
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		60	98.253	1.780
			1.780	161.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de São Tito Holding S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 18 de dezembro de 2015, e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico “São Tito”.

A Companhia é controladora integral da Santa Joana II, Santa Joana VI, Santa Joana VIII, Santa Joana XIV, São Onofre I, São Onofre II, São Onofre III.

Em 08 de agosto de 2022, a AES Brasil Energia S.A. assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e suas controladas. O processo de aquisição foi concluído em 30 de novembro de 2022.

A Companhia atualmente é controlada diretamente pela AES Brasil Energia S.A. e indiretamente pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia Nova (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Ventos De Santo Onofre I	5º LER/2013	80/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	16,2
Ventos De Santo Onofre II	5º LER/2013	78/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	16,6
Ventos De Santo Onofre III	5º LER/2013	85/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	16,7
Ventos De Santa Joana II	5º LER/2013	77/2015	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	14,8
Ventos De Santa Joana VI	5º LER/2013	83/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	15,1
Ventos De Santa Joana VIII	5º LER/2013	82/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	15,7
Ventos De Santa Joana XIV	5º LER/2013	84/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	15	30,0	14,9
							105	210,0	110,0

Comercialização de energia

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade de quantidade de energia elétrica, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), por meio do qual venderá a totalidade de sua energia gerada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de setembro de 2015.

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Ventos De Santo Onofre I	5º LER/2013	CCEE	146.292	197,27	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santo Onofre II	5º LER/2013	CCEE	139.284	197,27	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santo Onofre III	5º LER/2013	CCEE	140.160	197,27	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana II	5º LER/2013	CCEE	125.268	197,29	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana VI	5º LER/2013	CCEE	132.276	197,29	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana VIII	5º LER/2013	CCEE	136.656	197,27	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos De Santa Joana XIV	5º LER/2013	CCEE	128.772	197,29	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
			948.708					

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 18 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International*

Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 da Companhia foram preparadas visando a harmonização contábil com as demais empresas do Grupo AES no Brasil, com isso, a nomenclatura de algumas rubricas foi alterada e valores foram reclassificados dentro do mesmo grupo de contas patrimoniais.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis individuais de 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$21.475 (R\$173.950 positivo em 31 de dezembro de 2022), e nas demonstrações contábeis consolidadas de R\$26.762 (R\$74.892 positivo em 31 de dezembro de 2022), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

3 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	60	108	1.060	1.006
Operações compromissadas	-	8.894	720	8.894
CDB-DI	-	89.251	-	151.971
Subtotal	60	98.253	1.780	161.871
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	5.752	-	43.858	-
Subtotal	5.752	-	43.858	-
Total	5.812	98.253	45.638	161.871

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 99,24% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100% em 31 de dezembro de 2022).

4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por composição de saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Leilões de Energia Eólica	15.892	14.910
Mercado de curto prazo	152	42
Outros	-	2.855
Total	16.044	17.807

5 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Circulante				
Contas a receber - Nota de débito (i)				
Santa Joana II	-	323	-	-
Santa Joana VIII	-	322	-	-
Santa Joana XIV	-	323	-	-
Santa Joana VI	-	323	-	-
Santo Onofre I	-	285	-	-
Santo Onofre II	-	322	-	-
Santo Onofre III	-	322	-	-
Subtotal	-	2.220	-	-
Contas a receber - Cessão de direitos				
Santa Joana II	-	14.267	-	-
Santa Joana VI	-	15.065	-	-
Santa Joana VIII	-	15.562	-	-
Santa Joana XIV	-	13.688	-	-
Santo Onofre I	-	15.961	-	-
Santo Onofre II	-	15.861	-	-
Santo Onofre III	-	16.659	-	-
Subtotal	-	107.063	-	-
Dividendos a receber				
Santa Joana II	1.106	1.106	-	-
Santa Joana VIII	6.300	2.367	-	-
Santa Joana XIV	6.084	3.079	-	-
Santa Joana VI	5.573	2.777	-	-
Santo Onofre I	1.221	997	-	-
Santo Onofre II	4.677	1.363	-	-
Santo Onofre III	3.189	1.751	-	-
Subtotal	28.150	13.440	-	-
Subtotal circulante	28.150	122.723	-	-
Não Circulante				
Contas a receber - Cessão de direitos				
Santa Joana II	24.547	18.890	-	-
Santa Joana VI	24.110	18.380	-	-
Santa Joana VIII	19.908	14.406	-	-
Santa Joana XIV	24.085	20.057	-	-
Santo Onofre I	23.245	17.430	-	-
Santo Onofre II	22.022	15.917	-	-
Santo Onofre III	21.109	13.919	-	-
Subtotal	159.026	118.999	-	-
Subtotal não circulante	159.026	118.999	-	-
Total do ativo	187.176	241.722	-	-
Passivo				
Circulante				
Fornecedores				
AES Operações	-	-	1.214	-
Subtotal	-	-	1.214	-
Subtotal circulante	-	-	1.214	-
Total do passivo	-	-	1.214	-
Resultado Financeiro				
Receita financeira (ii)				
Santa Joana II	1.768	6.217	-	-
Santa Joana VI	1.950	6.900	-	-
Santa Joana VIII	2.260	8.110	-	-
Santa Joana XIV	1.592	6.127	-	-
Santo Onofre I	2.176	7.750	-	-
Santo Onofre II	2.238	8.002	-	-
Santo Onofre III	2.500	9.004	-	-
Subtotal	14.484	52.110	-	-
Total do resultado	14.484	52.110	-	-

(i) Refere-se ao saldo do Grupo decorrente do compartilhamento de despesas entre as empresas do mesmo grupo econômico.

(ii) Referem-se à antecipação de recebíveis efetuados às suas controladas. Para fornecer fluxo de caixa para o pagamento da dívida, as controladas concedem à Companhia direitos creditórios em face dos contratos firmados junto à CCEE, que serão utilizados para a amortização dos contratos dos empréstimos e financiamentos captados pela Companhia. O contrato firmado entre as partes não especifica uma taxa de juros, apenas menciona que ficará em vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pelas controladas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração contábil.

6 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de financiamento (i)	94.233	34.217	94.233	34.217
Subtotal	94.233	34.217	94.233	34.217
Total	94.233	34.217	94.233	34.217

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívidas da Companhia e suas controladas.

A movimentação dos cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.248	35.248
Adições	6.085	6.085
Baixas e resgates	(7.116)	(7.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.217	34.217
Adições	141.133	141.133
Atualização monetária	13.441	13.441
Baixas e resgates	(94.558)	(94.558)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	94.233	94.233

7 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2023	2022
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	318.347	189.667
Total	318.347	189.667

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Aporte de investimentos	Aumento de capital	Dividendos mínimos obrigatórios	Equivalência Patrimonial	Capitalização de Juros (I)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Joana II	23.519	5.961	9.919	-	10.148	(162)	49.385
Joana VI	25.686	-	-	(2.796)	15.134	(242)	37.782
Joana VIII	37.552	-	-	(3.933)	19.316	(309)	52.626
Joana XIV	27.100	8.370	-	(3.005)	14.400	(230)	46.635
Onofre I	19.633	2.510	-	(224)	20.735	(332)	42.322
Onofre II	30.607	-	-	(3.314)	19.189	(307)	46.175
Onofre III	25.570	-	-	(1.438)	19.605	(315)	43.422
Total	189.667	16.841	9.919	(14.710)	118.527	(1.897)	318.347

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Equivalencia Patrimonial	Capitalização de juros (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Joana II	33.048	(9.210)	(319)	23.519
Joana VI	33.362	(7.419)	(257)	25.686
Joana VIII	41.111	(3.440)	(119)	37.552
Joana XIV	35.798	(8.407)	(291)	27.100
Onofre I	29.605	(9.640)	(332)	19.633
Onofre II	37.560	(6.721)	(232)	30.607
Onofre III	35.915	(9.999)	(346)	25.570
Total	246.399	(54.836)	(1.896)	189.667

(i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção destes empreendimentos, a Controladora captou recursos por meio de empréstimos de longo prazo, no início de suas operações. Em função do ativo qualificável estar registrado nas Controladas e os financiamentos durante o período de construção na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”. A movimentação do saldo em 31 de dezembro de 2023 refere-se apenas a amortização do saldo, uma vez que, as controladas estão em operação.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Joana II	49.920.064	100%	108.862	61.688	47.174	49.920	10.148
Joana VI	25.463.021	100%	92.414	56.851	35.563	25.463	15.134
Joana VIII	35.325.045	100%	101.506	51.801	49.705	35.325	19.316
Joana XIV	33.603.913	100%	103.432	59.193	44.239	33.604	14.400
Onofre I	37.916.195	100%	106.703	66.129	40.574	37.916	20.735
Onofre II	31.222.893	100%	97.068	53.414	43.654	31.223	19.189
Onofre III	34.728.599	100%	97.579	56.423	41.156	34.729	19.605
			707.564	405.499	302.065	248.180	118.527

8 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) **A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

Consolidado					
2023				2022	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos	
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	168.328	(63.453)	104.875	87.877
Máquinas e equipamentos	4,40%	739.078	(284.589)	454.489	507.533
Veículos	14,29%	1.337	(148)	1.189	-
Móveis e utensílios e outros	6,25%	144	(59)	85	102
Imobilizado em serviço		908.887	(348.249)	560.638	595.512
Imobilizado em curso (i)		60.306	-	60.306	26.069
Bens vinculados às concessões e autorizações		969.193	(348.249)	620.944	621.581
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	2,18%	24.581	(5.901)	18.680	15.995
Total		993.774	(354.150)	639.624	637.576

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 46 anos e depreciados a uma taxa média de 2,18%.

(b) **Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Consolidado						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização (i)	Baixas	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	134.710	-	-	-	33.618	168.328
Máquinas e equipamentos	782.073	-	(25.282)	(1.485)	(16.228)	739.078
Veículos	104	-	-	-	1.233	1.337
Móveis e utensílios	144	-	-	-	-	144
Imobilizado em curso	26.069	61.298	-	(2.821)	(24.240)	60.306
Direito de uso de terreno arrendado	21.381	-	3.199	-	1	24.581
Subtotal	964.481	61.298	3.199	(25.282)	(5.616)	993.774
Depreciação/Amortização	(326.905)	(35.305)	1.086	6.965	9	(354.150)
Total líquido	637.576	25.993	4.285	(18.317)	(4.297)	639.624

	Consolidado				Saldos em 31 de dezembro de 2022
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Baixas	
Edificações, obras civis e benfeitorias	134.710	-	-	-	134.710
Máquinas e equipamentos	800.232	962	875	(19.996)	782.073
Veículos	104	-	-	-	104
Móveis e utensílios	144	-	-	-	144
Imobilizado em curso	8.095	31.405	-	(13.431)	26.069
Direito de uso de terreno arrendado	21.381	-	-	-	21.381
Subtotal	964.666	32.367	875	(33.427)	964.481
Depreciação/Amortização	(284.509)	(49.054)	-	6.658	(326.905)
Total líquido	680.157	(16.687)	875	(26.769)	637.576

- (i) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização de suas controladas, revendo as premissas de acordo com a política contábil do Grupo AES. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$18.317.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

9 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	-	-	1.214	-
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	-	-	816	-
Materiais e Serviços	346	1.933	12.926	13.161
Total	346	1.933	14.956	13.161

10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de debêntures, empréstimo e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Controladora							Total circulante + não circulante
	31/12/2023							
	Circulante				Não Circulante			
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
1ª Emissão	15.399	305	(869)	14.835	80.974	(3.042)	77.932	92.767
Subtotal	15.399	305	(869)	14.835	80.974	(3.042)	77.932	92.767
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES	40.407	1.491	(3.205)	38.693	423.383	(23.506)	399.877	438.570
Subtotal	40.407	1.491	(3.205)	38.693	423.383	(23.506)	399.877	438.570
Total da dívida	55.806	1.796	(4.074)	53.528	504.357	(26.548)	477.809	531.337

Controladora							
31/12/2022							
Circulante			Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL							
Debêntures							
1ª Emissão	10.423	(869)	9.554	92.944	(3.911)	89.033	98.587
Subtotal	10.423	(869)	9.554	92.944	(3.911)	89.033	98.587
Empréstimos e Financiamentos							
BNDDES	38.031	(3.194)	34.837	460.572	(26.622)	433.950	468.787
Subtotal	38.031	(3.194)	34.837	460.572	(26.622)	433.950	468.787
Total da dívida	48.454	(4.063)	44.391	553.516	(30.533)	522.983	567.374

A movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

Controladora			
Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	99.677	496.657	596.334
Ingressos	-	-	-
Encargos financeiros	15.787	43.337	59.124
Pagamento de principal	(9.794)	(39.550)	(49.344)
Pagamento de encargos financeiros	(7.953)	(34.853)	(42.806)
Diferimento dos custos de transação	(31)	-	(31)
Amortização dos custos de transação	901	3.196	4.097
Saldos em 31 de dezembro de 2022	98.587	468.787	567.374
Encargos financeiros	11.543	38.774	50.317
Variação monetária	2.488	3.248	5.736
Pagamento de principal	(11.354)	(38.003)	(49.357)
Pagamento de encargos financeiros	(9.296)	(37.339)	(46.635)
Diferimento dos custos de transação	(19)	(73)	(92)
Amortização dos custos de transação	818	3.176	3.994
Saldos em 31 de dezembro de 2023	92.767	438.570	531.337

Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
Emissão Debêntures	111.000	dezembro-15	IPCA + 9,24%	Semestral	Semestral	92.767	Junho de 2028	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,2x$	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Araripe
Empréstimo - BNDDES	621.255	abril-15	TJLP + 2,02%	Mensal	Mensal	438.570	abril de 2028	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,2x$	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Araripe

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora e Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2025	18.923	43.857	(4.064)	58.716
2026	22.442	47.606	(4.064)	65.984
2027	26.399	51.681	(4.064)	74.016
2028	13.210	56.109	(3.630)	65.689
2029	-	60.917	(3.195)	57.722
2030 em diante	-	163.213	(7.531)	155.682
	80.974	423.383	(26.548)	477.809

11 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Reserva celebrados entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Consolidado	
	2023	2022
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	28.085	52.735
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	124.515	108.711
Total passivo	152.600	161.446

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Movimentação
	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	114.205
Adição/Reversão	45.615
Atualização monetária	1.626
Saldos em 31 de dezembro de 2022	161.446
Adição/Reversão	34.528
Amortização	(43.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	152.600

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

Para as fontes eólicas, as reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica - "ABEEólica" e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - "ABSOLAR", em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off. Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023 foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As controladas possuem contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial e referem-se à aluguel de terrenos, para os quais as controladas da Companhia passaram a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº 8).

Para definição dos contratos a serem avaliados, as controladas da Companhia consideraram os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de valor relevante.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Consolidado
Passivo de arrendamento	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19.703
Remensuração	274
Encargos financeiros	1.231
Pagamento de encargos financeiros	(1.231)
Pagamento de principal	(1.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.967
Remensuração	3.785
Encargos financeiros	2.293
Pagamento de encargos financeiros	(2.293)
Pagamento de principal	(208)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.544

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	Fluxo futuro
CIRCULANTE	
2024	32
Subtotal	32
NÃO CIRCULANTE	
2025	37
2026	41
2027	46
2028	52
2029	56
Após 2029	22.280
Subtotal	22.512
Total	22.544

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$273.517 representado por 273.517.297 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

13.2 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

14 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos de energia eólicos	137.295	169.341
Ressarcimento de energia	7.409	(43.569)
Mercado de curto prazo	548	(33)
Receita operacional bruta	145.252	125.739
(-) PIS e COFINS	(13.342)	(4.589)
Receita operacional líquida	131.910	121.150

15 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Mercado de curto prazo	(7)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(10.593)	(9.036)
Taxa de fiscalização ANEEL	(931)	(717)
Crédito de Pis e Cofins	782	-
Subtotal	(10.749)	(9.753)
Custo da operação		
Pessoal e administradores	-	(3.090)
Serviços de terceiros	(8.884)	(14.912)
Material	(3.074)	(13.417)
Depreciação e amortização	(35.326)	(49.155)
Seguros	(2.881)	(3.223)
Arrendamentos e aluguéis	(699)	(745)
Contribuições setoriais	-	(96)
Outras receitas (custos) operacionais	(282)	(275)
Subtotal	(51.146)	(84.913)
Total	(61.895)	(94.666)

16 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Seguros	(5)	-	(957)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(109)	-
Contribuições setoriais	-	-	(39)	-
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	-	(3.990)	-
Doações	-	-	-	(13.383)
Outros	(7)	-	(358)	211
Total	(12)	-	(5.453)	(13.172)

17 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.845	14.566	9.825	20.177
Renda de cauções e depósitos judiciais	13.441	-	13.441	-
Juros de cessão de recebíveis (a)	14.484	52.110	-	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.354)	(3.100)	(1.680)	(3.361)
Outras receitas financeiras	-	-	10	-
Subtotal	29.416	63.576	21.596	16.816
Despesas financeiras				
Encargos financeiros de dívidas	(54.311)	(63.051)	(54.311)	(63.051)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(5.736)	-	(5.736)	-
Juros sobre arrendamento	-	-	(2.293)	(1.505)
Atualização provisão desmobilização	-	-	1.190	(1.608)
Atualização ressarcimento	-	-	1.032	(4.232)
Outras despesas financeiras	(1.691)	(2.804)	(3.404)	(1.030)
Subtotal	(61.738)	(65.855)	(63.522)	(71.426)
Total	(32.322)	(2.279)	(41.926)	(54.610)

18 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	83.602	(57.130)	83.602	(57.130)	19.526	(47.281)	19.526	(47.281)
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(20.901)	14.283	(7.524)	5.142	(4.882)	11.820	(1.757)	4.255
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Diferença temporária sem diferido constituído	-	-	-	-	(2.450)	-	(881)	-
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(8.731)	(574)	(3.143)	(207)	(3.912)	(15.711)	(1.408)	(5.656)
Resultado de equivalência patrimonial	26.886	(13.709)	9.679	(4.935)	-	-	-	-
Outros	2.746	-	988	-	-	(3.306)	-	(1.251)
Ajuste de impostos								
IRPJ - Subvenções de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	9.222	-	-	-
Ajuste Adicional IR	-	-	-	-	168	-	-	-
Baixa diferido mudança regime tributário (i)	-	-	-	-	51.140	-	18.836	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	49.286	(7.197)	14.790	(2.652)
Composição dos tributos no resultado:								
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-	(11.097)	-	(4.052)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	60.383	(7.197)	18.842	(2.652)
Total	-	-	-	-	49.286	(7.197)	14.790	(2.652)

(i) A Companhia possuía um saldo histórico de impostos diferidos passivos, majoritariamente advindos de diferença de taxa de depreciação fiscal e contábil. Em função da mudança do regime de tributação do lucro real para o lucro presumido a partir de 2024, os impostos diferidos passivos foram integralmente revertidos, por não haver expectativa de reversão futura dessa diferença temporária.

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

19.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2023		2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	1.060	1.060	1.006	1.006	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	3	720	720	8.894	8.894	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa (investimentos de curto prazo)	3	-	-	151.971	151.971	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	43.858	43.858	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	16.044	16.044	17.807	17.807	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	6	94.233	94.233	34.217	34.217	Custo amortizado
Total		155.915	155.915	213.895	213.895	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	9	14.956	14.956	13.163	13.163	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	531.337	535.477	567.374	576.288	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	11	152.600	152.600	161.446	161.446	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	12	22.544	22.544	18.967	18.967	Custo amortizado
Total		721.437	725.577	760.950	769.864	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

19.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	60	98.253	1.780	161.871
Investimentos de curto prazo	5.752	-	43.858	-
Contas a receber de clientes	-	-	16.044	17.807
Cauções e depósitos vinculados	94.233	34.217	94.233	34.217
Total	100.045	132.470	155.915	213.895

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	531.337	567.374	531.337	567.374
Caixa e equivalentes de caixa	(60)	(98.253)	(1.780)	(161.871)
Investimentos de curto prazo	(5.752)	-	(43.858)	-
Garantias de financiamento	(94.233)	(34.217)	(94.233)	(34.217)
Dívida líquida	431.292	434.904	391.466	371.286
Patrimônio líquido	77.453	(6.149)	77.453	(6.149)
Dívida líquida / Patrimônio líquido	556,84%	-7072,76%	505,42%	-6038,15%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras

com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 10. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	346	-	-	-	-	346	1.933
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19.027	81.993	211.543	283.642	183.265	779.470	567.374
Total	19.373	81.993	211.543	283.642	183.265	779.816	569.307

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	14.956	-	-	-	-	14.956	13.163
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19.027	81.993	211.543	283.642	183.265	779.470	567.374
Passivo de arrendamento	13	38	56	206	25.302	25.615	18.967
Total	33.996	82.031	211.599	283.848	208.567	820.041	599.504

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizados na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	-	8.894	720	8.894
Caixa e equivalentes de caixa (investimentos de curto prazo)	-	89.251	-	151.971
Investimentos de curto prazo	5.752	-	43.858	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(561.959)	(601.970)	(561.959)	(601.970)
Total	(556.207)	(503.825)	(517.381)	(441.105)

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, ressarcimento e dívidas.

Controladora	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Investimentos de curto prazo	CDI	5.752	294	441	588	735	882
Impacto no resultado			294	441	588	735	882
Total da exposição líquida			294	441	588	735	882

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Operações compromissadas	CDI	720	37	55	74	92	110
Investimentos de curto prazo	CDI	43.858	2.241	3.364	4.482	5.605	6.723
Impacto no resultado			2.278	3.419	4.556	5.697	6.833
Total da exposição líquida			2.278	3.419	4.556	5.697	6.833

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(152.600)	(2.960)	(4.441)	(5.921)	(7.401)	(8.881)
Impacto no resultado			(2.960)	(4.441)	(5.921)	(7.401)	(8.881)
Total da exposição líquida			(2.960)	(4.441)	(5.921)	(7.401)	(8.881)

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			2,82%	4,23%	5,65%	7,06%	8,47%
BNDES - Complexo Eólico Araripe	TJLP	(465.281)	(22.785)	(29.478)	(36.201)	(42.911)	(49.604)
Impacto no resultado			(22.785)	(29.478)	(36.201)	(42.911)	(49.604)
Total da exposição líquida			(22.785)	(29.478)	(36.201)	(42.911)	(49.604)

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Complexo Eólico Araripe	IPCA	(96.678)	(10.982)	(12.006)	(13.031)	(14.055)	(15.080)
Impacto no resultado			(10.982)	(12.006)	(13.031)	(14.055)	(15.080)
Total da exposição líquida			(10.982)	(12.006)	(13.031)	(14.055)	(15.080)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

***Constrained-off* de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim de argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.